

A COMPREENSÃO DO CONCEITO E CATEGORIA GÊNERO E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA ESCOLA

JÂNIO JORGE VIEIRA DE ABREU (UESPI)
Janiojorge2006@yahoo.com.br
THAMYRES RAMOS DE ANDRADE (UESPI)
tatazinha.andrade19@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo analisa o conceito e a categoria gênero no campo da Educação e da História Cultural com o objetivo de compreender a contribuição acadêmica para o trabalho com as relações de gênero na escola. Como marco teórico do estudo valeu-se do método historiográfico do gênero através de autores como: ABREU (2003); BOURDIEU (1999); CONNELL (1995); LOURO (1992 e 1997); MATOS (1994 e 1997); SCOTT (1990) e outros/as. Conclui-se que o campo de estudo do gênero surgiu com os movimentos de mulheres. Iniciou sem prestígio acadêmico, depois foi ganhando autonomia de campo de pesquisa acadêmica atingindo hoje status mais consistente. Trabalha-se na academia científica o conceito de gênero formulado por Joan Scott (1990), que o entende como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo assim uma construção social e histórica dos sexos. Neste sentido, a discussão acadêmica em torno da apropriação cultural das diferenças sexuais tem encontrado mais espaço nas escolas e contribuído para superação de estereótipos em busca de uma educação não sexista.

Palavras-Chave: Gênero; Historiografia; Masculinidade; Educação não-sexista.

INTRODUÇÃO

O termo “Gênero” tem significação polissêmica, podendo ser utilizado para diversas e diferentes atribuições em diferentes campos do conhecimento, o que permite interpretá-lo como conceito e categoria de análise. Tal construção pode ser utilizada para designar valores e características no reino humano, no reino vegetal e animal. Enquanto o vocábulo “gênero” pode significar para as ciências naturais: espécie, grupo de coisas, plantas, animais, artigo, matéria, coisa que se usa ou se consome; para as ciências humanas e sociais refere-se a elaboração cultural das noções de masculinidade e feminilidade, aquilo que se diz a partir das diferenças sexuais.

É importante ressaltar que gênero, em qualquer área de conhecimento constitui os predicados ou características que uma coisa tem em comum com outra e que lhe

determinam a essência, mas acrescida da diferença. Isto é válido tanto para agrupamento de indivíduos, idéias, maneira, estilo quanto para definir espécie, tipo, objetos, fatos que tenham características comuns (FERREIRA, 2009). Assim, as diversas interpretações de gênero convergem significados, pois gênero é espécie e várias espécies constituem um gênero, mas pode-se afirmar também que neste campo nada pode ser definido precisamente e que apenas comparamos por aproximação. Isto ocorre desde a comparação feita nas relações entre indivíduos muito semelhantes entre si e aos ancestrais e que se entrecruzam até na constituição de uma unidade biológica fundamental.

GÊNERO: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS

Para discorrer sobre Gênero é necessário conceituá-lo e, considerando o caráter histórico deste conceito, significa identificá-lo no contexto e na temática específica na qual se insere e a qual se relaciona num determinado período histórico.

O campo de estudo do gênero surgiu com os movimentos de mulheres. Iniciou sem prestígio acadêmico, depois foi ganhando autonomia de campo de pesquisa acadêmica atingindo hoje status mais consistente. Aqui utiliza-se o conceito de gênero formulado por Joan Scott (1990), que o entende como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo assim uma construção social e histórica dos sexos. Faz-se, portanto, uma análise do conceito e da categoria gênero no campo das ciências humanas e sociais para as quais o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico ou o que se diz a partir das diferenças percebidas entre os sexos.

Um conceito é a representação de um objeto pelo pensamento por meio de suas características gerais. É a ação de formular uma idéia por meio de palavras, definição, caracterização, pensamento, opinião. Isto se constitui no modo de pensar, de ver, de julgar algo, noção ou concepção de alguma coisa. Uma categoria representa um conceito com alto grau de generalidade, que define em perspectivas e níveis diversos, domínios de conhecimento e de ação, diz-se da espécie, natureza, a série, o grupo e da qualidade de tudo isso.

Neste sentido, estudar gênero é uma forma de compreender as relações sociais a partir dos conceitos, representações e práticas desenvolvidas entre as pessoas, sobretudo como se constroem as relações entre as pessoas, sejam elas do mesmo sexo

ou de sexos diferentes, de idade, classe social, cor e raças iguais ou diferentes. É a compreensão ou juízo de valor que as pessoas têm sobre as outras a partir da anatomia sexual. Isto pode determinar estereótipos ou idéias sobre indivíduos, grupos ou objetos, que impõe um padrão fixo, invariável e que nega diferenças individuais e culturais; manifesta-se através de julgamentos, sentimentos ou imagens preconceituosas. Por exemplo: homem forte, mulher frágil.

Assim, o conceito de gênero, que foi desenvolvido pela teoria feminista na década de 1980 e mais tarde discutido por Scott (1990), refere-se a um sistema de relações de poder baseadas num conjunto de qualidades, papéis, identidades e comportamentos opostos atribuídos a mulheres e homens. As relações de gênero (assim como as de classe e raça ou etnia) são determinadas pelo contexto social, cultural, político e econômico. Enquanto sexo é determinado pela natureza, pela biologia, o gênero é construído historicamente sendo, portanto, variável e mutável.

É a apropriação cultural que se faz e que é consequência de um modelo de sociedade baseado na autoridade paterna, na supremacia da figura masculina denominada sociedade patriarcal. Segundo a crítica feminista radical, o patriarcado é um sistema social sustentado ideologicamente pela heterossexualidade compulsória, violência masculina, socialização de papéis de gênero e modos de organização da vida e do trabalho em que os homens dominam as mulheres econômica, sexual e culturalmente, a partir do lar. Este modelo de sociedade tem alimentado o androcentrismo que significa a visão do homem como o centro, como a norma para os seres humanos; refere-se ao sistema de valores da cultura dominante baseado em normas masculinas (SOUSA & CARVALHO, 2003).

Isto significa analisar a interpretação ou apropriação cultural que as pessoas fazem das diferenças sexuais e quais as consequências disso nos diversos contextos da vida social: na família, na escola, no trabalho etc. Neste estudo, a categoria gênero é tratada numa dimensão relacional, entendendo e tratando “gênero” como o faz Guacira Lopes Louro (1992, p. 57):

...Gênero, bem como a classe, não é uma categoria pronta e estática. Ainda que sejam de naturezas diferentes e tenham especificidade própria, ambas as categorias partilham das características de serem dinâmicas, de serem construídas e passíveis de transformação. Gênero e classe não são também elementos impostos unilateralmente pela sociedade, mas com referência a ambos supõe-se que os sujeitos sejam ativos e ao mesmo tempo determinados, recebendo e respondendo às determinações e contradições sociais. Daí advém a importância de se entender o fazer-se homem ou mulher

como um processo e não como um dado resolvido no nascimento. O masculino e o feminino são construídos através de práticas sociais masculinizantes ou feminizantes, em consonância com as concepções de cada sociedade. Integra essa concepção a idéia de que homens e mulheres constroem-se num processo de relação.

Aqui gênero deve ser analisado procurando estabelecer a relação entre masculino e feminino como conceito e categoria histórica e relacional e assim fugir tanto da via única que anteriormente tratava somente de feminilidade quanto da essencialista e universal. Um processo histórico que descreve, narra fatos e acontecimentos, mas relaciona-os, contextualizando e analisando criticamente, para compreender a finalidade social e política dos textos, discursos e mensagens registrados na história humana.

Isto remete a uma discussão sobre o lugar e as práticas que as interpretações de gênero impõem às pessoas na sociedade a partir das diferenças sexuais e que precisam ser repensadas para que se conquiste uma educação não sexista e a favor da equidade de gênero.

Assim, ao tratar, por exemplo, da inserção de homens num campo profissional em que as mulheres representam a grande maioria, a ausência dos homens deve ser vista como tão importante quanto a presença maciça das mulheres, pois o gênero não se constitui pela presença física, mas, muito mais pelas relações simbólicas entre os sexos (ASSUNÇÃO, 1996).

A ausência dos homens no trabalho docente com crianças é uma demonstração disso, pois, além de está diretamente e fisicamente relacionada à presença das mulheres, é consequência de significados, representações, valores etc., relacionais e relacionados entre e intra os gêneros (V. ABREU, 2003). Um fenômeno é consequência do outro e assim, um se constrói nas relações com o outro, o que os torna produto de uma cultura de gênero que revela na presença ou na ausência a imagem de suas concepções, dos seus conceitos, de suas representações, enfim, do modo de ser do gênero masculino e do gênero feminino.

UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DO GÊNERO

O conceito de gênero surgiu no final da década de 60 quando os movimentos feministas, além das preocupações sociais e políticas, voltaram-se para as construções propriamente teóricas. Para esta autora é através das feministas Anglo-saxãs que gênero

passa a ser usado como distinto de sexo, rejeitando o determinismo biológico até então implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual. Estas autoras Anglo-saxãs desejam acentuar através da linguagem, o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo (LOURO, 1997)

O conceito de gênero “serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo política”. Dirigir o foco para o caráter fundamentalmente social, não é pretensão de negar a biologia, mas destacar a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas (Id. Ibid. p. 21). É o que também afirma Robert W. Connel (1995, p. 189): “no gênero, a prática social se dirige aos corpos”. Assim o conceito se refere ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou como são trazidas para a prática social e tornadas partes do processo histórico.

Com a expansão e aprofundamento dos temas e reflexões sobre gênero, e sobre gênero e educação ocorrido nas últimas décadas, houve uma renovação e questionamento dos paradigmas e métodos históricos tradicionais. Isso provocou o surgimento de uma multiplicidade de histórias. Essas histórias foram surgindo de forma ressignificadas sem, no entanto, serem fragmentadas.

Para Maria Izilda S. de Matos (1994, p. 84) foi a preocupação daqueles estudiosos que fazem historiografia (pesquisadores da história da história), com a descoberta de outras histórias que favoreceram a inclusão das mulheres e a incorporação da abordagem de gênero nos estudos históricos.

Para a autora acima citada a expansão dos estudos que incorporam a abordagem de gênero na história localiza-se no quadro de transformações por que vem passando a história nos últimos tempos, sendo possível afirmar que, por razões internas e externas, esses estudos emergiram da crise dos paradigmas tradicionais da escrita da história, que requeriam uma completa revisão dos seus instrumentos de pesquisa. Essa crise de identidade da história levou a procura de “outras histórias” e a uma ampliação do saber histórico possibilitando uma abertura para a descoberta do gênero e mais especificamente das mulheres.

Assim, a discussão dos paradigmas das ciências sociais levou, entre outros aspectos, ao questionamento das universalidades, permitindo a descoberta do outro, da alteridade, dos excluídos da história e, entre eles, mais de 50% da população mundial são das mulheres. Sobre este aspecto M. Amélia de Almeida Teles (1993, p. 46) afirma:

Apesar das lutas femininas antecederem o último século, suas reivindicações ganham força só a partir da década de 70 quando conquistaram, inclusive, o ano internacional da mulher instaurado pela ONU em 1975 reacendendo suas lutas pela cidadania. Tornaram-se visíveis na sociedade e na academia onde os estudos sobre a mulher se encontravam marginalizados da maior parte da produção e da documentação oficial. Isso instigou os interessados na reconstrução das experiências, vida e expectativas das mulheres nas sociedades passadas, descobrindo-as como objeto de estudo.

As novas tendências de abordagem histórica, emergentes nesse momento possibilitavam uma abertura para os estudos sobre a mulher, ao ampliarem áreas de investigação e ao renovarem a metodologia e os marcos conceituais tradicionais, apontando para o caráter dinâmico das relações sociais e modificando os paradigmas históricos. Contudo, a influência mais marcante para essa abertura parece ter sido a descoberta do político no âmbito do cotidiano, o que levou a um questionamento sobre as transformações da sociedade, o funcionamento da família, o papel da disciplina e das mulheres, o significado dos fatos, lutas e gestos cotidianos. Assim, a expansão dos estudos sobre a mulher vinculou-se a uma redefinição do político ante o deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano.

A essa politização do dia-a-dia incorpora-se também a visão do relativismo pós-moderno, que praticamente destrói a tradicional distinção entre o central e o periférico na história, contribuindo, assim, para o desaparecimento progressivo do acontecimento histórico, do fato como foco central de análise.

Maria Izilda S. de Matos (1997, p. 89) afirma:

Essas novas perspectivas e influências emergentes nesse momento possibilitaram a reorientação do enfoque histórico com o desmoronamento da cotidianidade, o questionamento de abordagens globalizantes do real, também de uma história política de corte neopositivista e em geral, centrada nos estudos das elites e dos heróis masculinos permitindo também o questionamento da universalidade do discurso histórico.

Essas perspectivas inovadoras tiveram como preocupação ainda, abrir renovadas trilhas, desimpedidas de cadeias sistêmicas e de explicações causais; criar possibilidades de articulação e inter-relação; recuperar diferentes verdades e sensações; promover a descentralização dos sujeitos históricos; e permitir a descoberta das “histórias de gente sem história”, procurando articular experiências e aspirações de

agentes aos quais se negaram lugar e voz dentro do discurso histórico convencional. Nessa perspectiva o tema da mulher passou a atrair os historiadores desejosos de ampliar os limites de sua disciplina, de abrir novas áreas de pesquisas e, acima de tudo, de explorar as experiências históricas de homens e mulheres cuja identidade foi tão freqüentemente ignorada ou mencionada apenas de passagem.

Nas ciências sociais ampliaram-se nos últimos anos os estudos sobre a mulher sua participação na sociedade, na organização familiar, nos movimentos sociais, na política e no trabalho. O tema adquiriu notoriedade e abriu novos espaços, em particular após a incorporação da categoria gênero nessa área. A produção historiográfica sobre as mulheres vem crescendo e tomando vigor pluralista abrangendo distintas formas de abordagem e conteúdos variados. Para as autoras A. Abreu (1986) e R. Leite (1982) o tema surgiu na produção historiográfica e em outras áreas a partir dos anos 70, quando destacava entre outras questões o trabalho feminino, vinculado inicialmente ao movimento operário herdado da tradição marxista cuja preocupação era identificar a opressão masculina e capitalista sobre as mulheres.

Nos anos 80 a produção historiográfica brasileira sobre a temática “gênero” ainda se reduzia às questões femininas, no entanto, apresentava variadas abordagens que analisam aspectos diferenciados da questão: A temática sobre o trabalho feminino privilegiando o período colonial e anos iniciais do século XIX com fontes ligadas a Igreja e o Estado, estudos sobre o papel feminino na família, as relações vinculadas ao casamento, a maternidade e à sexualidade, focalizando a interseção entre o privado e o público, o individual e o social, o demográfico e o político.

A produção recente mais significativa recuperou poderes e lutas femininas examinando e repensando os estereótipos. Procurou-se rever imagens e enraizamento impostos pela historiografia bem como dar visibilidade às mulheres, questionando a dimensão de exclusão a que estavam submetidas, entre outros fatores, por um discurso universal masculino.

Após a fase inicial da necessidade de tornar visíveis as mulheres, abre-se a possibilidade de se recobrar a experiência coletiva de homens e mulheres, no passado, em toda sua complexidade, bem como se procura um aprimoramento metodológico que permite recuperar os mecanismos das relações sociais entre os sexos e as contribuições de cada qual ao processo histórico.

É em função destas críticas e das próprias transformações nas reivindicações nos movimentos feministas que surge o gênero enquanto categoria de análise histórica.

E Nesse sentido destaca que importantes contribuições foram dadas pela arqueologia dos discursos de Foucault, pela proposta de desconstrução de Derrida, pela historiografia das mentalidades e até mesmo pela psicanálise de Lacan. Esses pensadores tiveram ressonância entre os estudiosos do tema mulher e no movimento feminista proporcionando a emergência das pesquisas em torno do gênero, que convergiram para uma nova tendência historiográfica: a história cultural.

Maria I. S. de Matos (1997) destaca que a categoria gênero reivindica para si um território específico, em face das insuficiências dos focos teóricos existentes para explicar a persistência das desigualdades entre homens e mulheres. Enquanto nova categoria, o gênero vem procurando dialogar com outras categorias históricas já existentes, mas vulgarmente é ainda empregada como sinônimo de mulher, já que seu uso teve uma acolhida maior entre os estudiosos deste tema.

Por sua característica basicamente relacional, a categoria gênero procura destacar que os perfis de comportamento feminino e masculino definem-se um em função do outro. Esses perfis se constituem, social, cultural, e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados. Não se deve esquecer, ainda, que as relações de gênero são um elemento constitutivo das relações sociais baseados nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos, e são portanto, uma forma primária de relações significantes de poder. (MATOS, 1997, P. 97).

Assim, os estudos de gênero vêm sendo desenvolvidos numa perspectiva histórica, social, cultural e relacional, no sentido de darem conta do caráter dialético da categoria gênero. Como uma de suas preocupações é evitar as posições binárias fixas e naturalizadas, os estudos de gênero procuram mostrar que as diferenças culturais são sexualmente produzidas por meio de símbolos, significados sociais, históricos, culturais, conceitos, normas, relações de poder, relações de parentesco, relações econômicas e políticas.

A autora cita como exemplo da temática específica de gênero para reconstrução do método unitário, a reconstrução das categorias público e privado a partir da perspectiva feminina. Os limites entre público e privado foram melhores explicitados com a definição das esferas sexuais e da delimitação de espaços para os sexos.

Os estudos de gênero na historiografia contemporânea, inauguram uma nova tendência que questiona a concepção de história: etapista, periódica caracterizada como

linear e sem articulação e análise crítica dos fatos e acontecimentos, como tradicionalmente vem ocorrendo na produção historiográfica. A nova proposta de produção historiográfica vem no sentido de construir um novo paradigma procurando acabar com a segmentação entre passado e presente, contribuindo para a ampliação do objeto de conhecimento histórico, levando a descoberta de temporalidades heterogêneas, desconexões, tempos fragmentados e descontinuidades, descortinando o tempo imutável e receptivo, ou seja, uma leitura criativa do tempo relacionando momentos, considerando a multiplicidade e a dinâmica da trama histórica.

Os estudos de gênero vêm se constituindo um campo multidisciplinar admitindo novas influências. Podemos destacar, entre outras, particularmente a influência da Psicologia e da Antropologia. Peter Burke (1992, p. 24) mostra que:

Apesar da produção historiográfica sobre o Gênero persistir com alguns problemas de definição, fontes, métodos e explicação e ainda a própria diversidade que envolve a categoria de gênero, este crescimento abriu um campo movediço de controvérsias, instaurando um debate fértil de análise e discussão para a temática e contribuindo para o próprio método historiográfico em geral.

Um balanço e a crítica interna sobre gênero permite visualizar o surgimento de desafios. Inquestionavelmente grande parte da produção historiográfica privilegiou o enfoque das experiências femininas em detrimento de sua relação com o mundo masculino.

Quando examinadas pelos historiadores, as relações entre homens e mulheres socialmente determinadas, assim como as definições de masculino e feminino e as atribuições de papéis sexuais – enfim, tudo o que envolve a questão de gênero -, ganham uma nova dimensão. Os inúmeros trabalhos dedicados a investigar gênero contribuem enormemente para o entendimento de uma dimensão importante das relações sociais e suas variações ao longo da história (STEARNS, 2007).

Assim, embora não exista algo mais particular, íntimo e pessoal do que o relacionamento entre homens e mulheres, isso é também social e histórico e só pode ser compreendido nesta dimensão, pois a história constitui um dentre uma série de discursos a respeito do mundo. Esses discursos não criam o mundo, mas dão todos os significados que ele tem. Para Agnes Heller (1972) a história é a substância da sociedade e assim ela permite diferentes maneiras de compreender o ser humano no

tempo, é a memória cultural da humanidade e do indivíduo, pois ela se constitui numa leitura ou interpretação do passado (K. JENKINS).

Cabe aqui uma indagação: somente como “tendo sido” o vivido humano se dá ao conhecimento? Não!, porque o passado não é o que “não é mais”, mas o que foi e permanece. A história é um processo dinâmico, dialético, no qual cada realidade traz dentro de si o princípio da sua própria contradição, o que gera a transformação. É a cultura significativa para a existência e transformação do ser humano. Assim, falar em gênero é falar dos papéis designados para homens e mulheres, o que exige enfatizar o caráter social e, portanto, histórico, das concepções baseadas nas percepções das diferenças sexuais.

CONCLUSÕES REFLEXIVAS

Na Educação Escolar, as relações de gênero sempre constituíram guetos sexuais. No surgimento da escola vem um corpo professoral masculino e prossegue na história numa predominância alternada dos sexos, como uma instituição seletiva reprodutora de distinções, diferenças, etc. Nestas condições as relações de gênero da e na escola se reproduzem com muita fertilidade entrelaçadas pelo poder, pelo poder em todas as suas dimensões: o poder do Estado, da escola, do/da professor/ra, da/o aluno/a, do homem, da mulher, etc., como um reflexo do todo social na qual a escola está inserida.

Tomamos “poder”, formulado por Michel Foucault (1979) como constelações dispersas de relações desiguais discursivamente constituídas em campos sociais de força. Ao contrário do conceito de poder em Marx onde o poder se “detém”, em Foucault o poder se “exerce”, ele está em todos os lugares. Nas reflexões de Heleieth I. B. Saffioti (1992, p. 183/184), “todas as sociedades, realmente conhecidas revelam dominância masculina, ainda que esta dominância varie em grau”. No entanto, “não existe patriarcado absoluto no qual os homens deteriam, por confisco, todos os poderes”. Além desta dominância, variar em grau, sua subalternidade, contudo, não significa ausência absoluta de poder. Com efeito, nos dois pólos da relação existe poder, ainda que em doses tremendamente desiguais.

Assim, “em todas as sociedades conhecidas, as mulheres detêm parcelas de poder que lhes permitem atingir a supremacia masculina e, assim, gerar espaços nos ‘interstícios’ da falocracia”. É o que podemos observar no trabalho docente com crianças, uma atividade em que, considerados os fatores sociais e culturais da sua feminização, não podemos esquecer que os homens não são bem aceitos ou em muitas situações são totalmente impedidos de ingressarem neste nível de ensino. Aí poderíamos identificar um desequilíbrio no poder masculino e, portanto, uma forma do sexo feminino assumir poderes.

A análise marxista da reprodução da força de trabalho nas sociedades de classe não explica a relação de poder homem-mulher expressa pela divisão social de papéis por sexo e sua concretização através da estrutura familiar, religiosa, jurídica, cultural, etc.

No entanto, a análise marxista quando denuncia a relação de exploração entre homens e mulheres e entre classes, vem clarear todas as formas de hierarquia, relações de poder e exclusão subsumidas nesta questão. Assim, ao denunciar estas relações de exploração no campo da produção vem mostrar a possibilidade de serem ampliados os projetos capitalistas. Para Branca Moreira Alves (1983, p. 58):

A reprodução da supremacia masculina se fez através dos séculos pela ordenação sexual hierarquizada da sociedade. Reconhecer a permanência desta hierarquização sexual não significa esquecer as diferenças históricas determinadas por cada modo de produção e formação social. O desafio enfrentado pela teoria feminista é justamente o de definir a especificidade da condição da mulher em cada momento histórico e, ao mesmo tempo, trazer ao presente o fio condutor da relação de poder entre os sexos.

É a análise que Pierre Bourdieu (1999) faz da construção social dos sexos quando procura mostrar que é no processo de socialização/educação que se inculca o *habitus* sexuado e sexuante, ou seja, constroem-se os sujeitos masculinos e femininos. Francis Musa Boakari (1998, p. 560) explicita bem a relação educação e sociedade:

A educação no seu sentido mais geral, é um dos elementos da sociedade e assim, compartilha da sua característica polêmica. Ela é determinada pela e determinante da sociedade. Através dela, os membros das sociedades tentam comunicar-se entre si garantindo assim algum grau de continuidade dos grupos.

Isso muda de grupo social para grupo social, de sociedade para sociedade. É resultado das diversas formas de educar, como coloca Carlos Rodrigues Brandão (1981, p. 10): “Educação, educações”. É o resultado da forma como se estabelecem as relações de gênero em nossa sociedade (relações desiguais, dominação do homem sobre a mulher, preconceituosas, etc.). Estas relações interferem em todos os momentos de nossa vida. Nas atividades, no pensamento e até nos sentimentos. Não são naturais, são culturais, ideológicas, sociais, reproduzidas e mantidas através dos símbolos, valores, instituições, etc. que interferem na construção de nossa identidade pessoal. Nesta tarefa a família, a escola, a igreja, a mídia etc. são componentes principais e têm cumprido o papel de controle social na criação, reprodução e produção de valores que sustentam as relações comerciais, culturais, de gênero e sociais em geral.

Esta educação/socialização sexista não é neutra, é intencional, tem uma finalidade política, pois estar vinculada às relações de poder. De poder que se exerce e se detém. Neste sentido a escola é um dos setores sociais em que esta educação sexista que reforça os estereótipos sexuais e os preconceitos ligados ao que a sociedade entende que é ser homem e o que é ser mulher é produzida, reforçada e reproduzida, mas é, também, espaço de contradições onde ela pode ser superada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Jânio Jorge Vieira de. **Homens no magistério primário de Teresina (PI): 1960 a 2000**. Teresina, 2003, 201 f., Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí.

ABREU, Alice. **O avesso da moda**. São Paulo, Hucitec, 1986.

ALVES, Branca Moreira. **Feminismo e marxismo**. IN: FIGUEIREDO, Eurico de Lima, (org.) et all. *Por que Marx?* Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. p. 51-61.

ASSUNÇÃO, Maria Madalena Silva de. **Magistério escolar e cotidiano escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996, 97 p.

BOAKARI, Francis Musa. **A Sociologia de Educação: contextualizando a discussão**. In ARAÚJO, Antônia Dilamar & BOAKARI M^a Salete Linhares. (Orgs.). *Linguagem: escolar e comunidade*. Teresina: EDUFPI, 1998. (p. 558-572).

BOURDIEU, Pierre: **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kahner. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999. 160p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** (Col. Primeiros Passos). Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992. p. 24.

CONNELL, Robert W. **Políticas da masculinidade**. In: **Educação e realidade**. São Paulo: 1995, pág- 183 a 206.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4^a Ed, Curitiba: Positivo, 2120 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. 16^a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

JENKINS, Keith. **A história repensada**; Tradução: Mário Vilela. 3^a Ed. 2^a reimpressão, São Paulo: Contexto, 2009, 117 p.

LEITE, R. **A operária metalúrgica**. São Paulo, Hucitec, 1982.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 179 p.

_____. **Uma leitura da História da Educação sob a perspectiva do gênero.** In: Teoria & Educação. Porto Alegre: Pannonica, nº 6, pp. 1992, pp. 53-67.

MATOS, Maria Izilda S. de. **Na rama do cotidiano.** Cadernos Ceru, 5(2): 13-27, 1994.

_____. **Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades.** In: SAMARA, Eni de Mesquita. (org.). et alli. **Gênero em Debate: trajetória e perspectiva da historiografia contemporânea.** São Paulo: EDUC, 1997. p. 83-114.

SAFFIOTTI, Heleieth I. B. **Rearticulando gênero e classe social.** In: COSTA, A. O. e BRUSCHINI, C. (Orgs). Uma questão de gênero. RJ: Rosa dos Ventos, São Paulo: FC Chagas, 1992. pp. 183-213.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** IN: **Mulher e realidade: mulher e educação.** Porto Alegre, Vozes, V. 16, nº 2, jul/dez de 1990.

SOUSA, Valquíria Alencar de & CARVALHO, Maria Eulina de. **Por uma educação escolar não-sexista.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003. 27 p.

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero;** Tradução: Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2007, 250 p.

TELES, M. Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1993.